

GPEAR

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS • MINISTRY OF FINANCE

PLANO DE ATIVIDADES

2021



FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES DO GPEARI • 2021

Data

março • 2021

Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

www.gpeari.gov.pt

ÍNDICE

MENSAGEM DA DIREÇÃO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL	11
2. SERVIÇOS PRESTADOS, UTILIZADORES E INTERLOCUTORES	13
3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	16
4. PLANEAMENTO - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	18
4.1. DESTAQUES DA ATIVIDADE	22
4.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2021	26
4.3. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ATIVIDADES EXTRA-QUAR	29
5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	31
6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	34
7. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO	36
ANEXO I • QUAR 2021	37
ANEXO II • OBJETIVOS QUAR E EXTRA-QUAR 2021	38

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 Estrutura Orgânica do GPEARI.....	12
Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI	15
•	
Quadro 1 Postos de trabalho previstos para 2021	16
Quadro 2 Orçamento Inicial do GPEARI para 2020 e 2021	17
Quadro 3 QUAR 2021 – objetivos operacionais e indicadores	27
Quadro 4 Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR	29

MENSAGEM DA DIREÇÃO



O ano 2021 será mais um ano desafiante para o GPEARI, traduzindo o Plano de Atividades o aprofundamento dos vetores de melhoria contínua dos serviços que presta aos seus mais diretos clientes e *stakeholders*, continuando a apostar na melhoria das condições necessárias ao trabalho em rede, potenciando a complementaridade e a partilha de conhecimento, quer a nível interno, quer externo com parceiros estratégicos.

Trata-se de um ano particularmente exigente para o GPEARI em termos organizacionais, tendo em conta a manutenção do contexto decorrente da pandemia provocada pela Covid-19 associado ao facto de continuar a dar cumprimento à sua missão maioritariamente em regime de teletrabalho e com a continuação da realização de inúmeras reuniões e encontros por via remota, ao qual, no entanto, se adaptou com grande facilidade.

Em termos da sua atividade técnica, estima-se um acréscimo significativo da sua atividade regular, dada a alteração das condições económicas nacionais, europeias e mundiais, que nos conduziram à necessidade de avaliação e implementação de políticas e medidas que visem a resiliência e a recuperação da atividade económica.

A este pano de fundo, crescem desafios importantes decorrentes do exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, durante o primeiro semestre do ano, no qual o GPEARI desempenha um papel chave na área governativa finanças, assumindo a coordenação de importantes atividades nesta esfera. Acresce ainda a participação ativa em projetos estruturantes que em muito contribuirão para o reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas e para a criação de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa, bem como a reafirmação do país como um importante ator na cooperação para o desenvolvimento.

Fruto da experiência e do conhecimento dos seus colaboradores, estamos certos que seremos bem sucedidos na realização desta empreitada, mas também porque não estamos sozinhos, valorizaremos a constituição de parcerias e a maximização de sinergias com outros atores, potenciando o nosso crescimento e afirmação.

Como não poderia deixar de ser, contamos com o nosso ativo mais valioso, os colaboradores, aos quais agradecemos pela prontidão, profissionalismo, compromisso e “garra” que têm vindo a demonstrar e que certamente irão continuar a revelar neste tão exigente ano de 2021.

Rosa Maria Caetano
Subdiretora-Geral

José Carlos Azevedo Pereira
Diretor-Geral

Paula Fonseca Costa
Subdiretora-Geral

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nos últimos anos têm sido colocados ao GPEARI sistemáticos e exigentes desafios para uma estrutura da sua dimensão, em parte decorrentes do contexto económico que Portugal tem enfrentado, que se traduz numa pressão significativa para o Ministério das Finanças. O ano de 2021 apresenta-se como ainda mais combativo para o GPEARI, continuando os seus colaboradores a serem chamados a desempenhar um conjunto de funções extraordinárias, cuja manutenção da capacidade de resposta do GPEARI exige um total compromisso.

O Plano de Atividades do GPEARI para 2021 traduz o aprofundar dos vetores de melhoria contínua dos serviços que presta aos seus mais diretos clientes e *stakeholders*, bem como as novas e exigentes vertentes em que o GPEARI desenvolverá a sua atividade. Assim, as atividades que merecem especial destaque em 2021 são:

-
- A participação no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia, em particular nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Eurogrupo e dos seus comités preparatórios, na presidência ou vice-presidência dos Grupos de Trabalho da área dos serviços financeiros, na presidência das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Direito das Sociedades e na coordenação europeia nas várias Instituições Financeiras Internacionais, com destaque para o Banco Mundial;
-
- Ainda no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, a designação do GPEARI para participar no Grupo de Estudo sobre o Financiamento Sustentável e no *Africa Advisory Group*, ambos criados no contexto dos trabalhos do G20;
-
- A contribuição do GPEARI no debate e análise das diversas iniciativas que a União Europeia e outras organizações internacionais tem vindo a desenvolver, em resposta à atual situação de saúde pública e à recuperação económica, causadas pela pandemia provocada pela Covid-19;
-
- O contributo para os trabalhos conducentes à adoção do Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e a preparação e submissão dos Planos de Recuperação e Resiliência, acompanhando a política de financiamento da Comissão Europeia e os respetivos desembolsos aos estados-membros;
-
- A definição do cenário macroeconómico de curto e médio prazo para o Programa de Recuperação e Resiliência de Portugal e da avaliação do impacto macroeconómico das diferentes medidas nele constantes;
-

-
- O desenvolvimento de projetos que contribuem para o reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas e para a criação de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa;
-
- A participação nas negociações das propostas de novos recursos próprios do Orçamento da União Europeia no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027;
-
- A coordenação e acompanhamento de um conjunto de missões de monitorização - exercício pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, Semestre Europeu, Artigo IV do Fundo Monetário Internacional e Exame Económico a Portugal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;
-
- O contributo no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, assumindo, a nível europeu, a presidência das reuniões do Grupo de Trabalho dedicadas à negociação das propostas legislativas e acompanhando os trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing*, e a nível internacional, a participação nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira, integrando a delegação portuguesa;
-
- O papel de autoridade nacional competente em matéria de medidas restritivas, conjuntamente com a Direção-Geral de Política Externa;
-
- O contributo para a aplicação da legislação da UE, na transposição de diretivas, na execução de opções previstas em regulamentos e na participação na elaboração de projetos legislativos de iniciativa nacional;
-
- Os trabalhos em matéria de auxílios de Estado, em especial no âmbito da adoção de medidas de apoio à economia para mitigar os efeitos da crise pandémica;
-
- A negociação da Arquitetura Financeira Europeia para o Desenvolvimento e da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida dos países em desenvolvimento beneficiários;
-
- A continuação da implementação do Compacto Lusófono - iniciativa com o Banco Africano de Desenvolvimento e os PALOP;
-

- O contributo do GPEARI no acompanhamento da Agenda Climática, enquadrado na implementação do Roteiro do Banco Europeu de Investimento para o Banco Climático e a participação na Coligação dos Ministros das Finanças para a Ação Climática e em outros grupos de trabalho internacionais para estabelecer as melhores práticas de integração do clima no planeamento económico e gestão orçamental
- A avaliação e preparação do próximo Plano Estratégico do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais (Grupo de Trabalho GPEARI-AICEP);
- A representação, no quadro do Banco Europeu de Investimento, no Comité de Contribuintes do Fundo de Garantia Pan-Europeu e, a nível nacional, do Conselho Consultivo do Fundo *InvestEU*, do Programa *InvestEU*;
- A participação na agenda da modernização, inovação e gestão na administração pública, em particular na representação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, respetivo Grupo de Trabalho e Linhas de Ação.

Para além dos destaques referenciados, o GPEARI tem vindo a melhorar as suas práticas de gestão e desenvolvimento organizacional, em linha com as orientações plasmadas na Lei do Orçamento do Estado para 2021 de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação.

Assim, o GPEARI conta, para o ano de 2021, com um mapa de pessoal de 72 lugares, semelhante ao ano anterior, contudo, as dificuldades de recrutamento de pessoal especializado, bem como a substituição de colaboradores com propostas mais aliciantes traduzem-se no preenchimento médio do mapa a cerca de 85%. Com efeito, a aposta nas condições de retenção, capacitação e valorização, continuarão a ser alguns dos principais desafios que se colocam à Administração Pública, em geral, e ao GPEARI em particular.

No que respeita aos recursos financeiros, a dotação atribuída ao GPEARI para 2021 manteve-se equiparada aos últimos anos, fixando-se a diferença ao nível do orçamento de projetos afeto à candidatura SAMA2020 aprovada.

Assim, o Plano de Atividades e o QUAR para 2021 evidenciam as principais linhas de atuação do GPEARI, destacando-se as matérias nas quais a sua intervenção tem crescente relevância e cujo reconhecimento externo representa um estímulo suplementar para a sua execução.



1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

O GPEARI viu a sua orgânica ser revista através do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho¹, em conjugação com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto (definiu a nova estrutura nuclear) e com o Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018 (que definiu as unidades orgânicas flexíveis).

O GPEARI é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, traduzindo-se a sua **missão, visão e valores** num compromisso, com a tutela, com os parceiros institucionais e *stakeholders*, com o cidadão e com a sua organização e colaboradores.

Figura 1 | Missão, visão e valores



Missão

Garantir o apoio à **formulação de políticas e ao planeamento estratégico** e operacional, em articulação com a **programação financeira**, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, **as relações internacionais** e acompanhar e **avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento** e os resultados dos **sistemas de organização e gestão**, em articulação com os demais serviços do Ministério



Visão

Ser reconhecido como um ator de **referência na criação de conhecimento** para suporte à tomada de decisão
 Servir com **inegável competência** os interesses do Ministério das Finanças e de Portugal
 Ser um **centro de excelência e de valorização** de todos os colaboradores



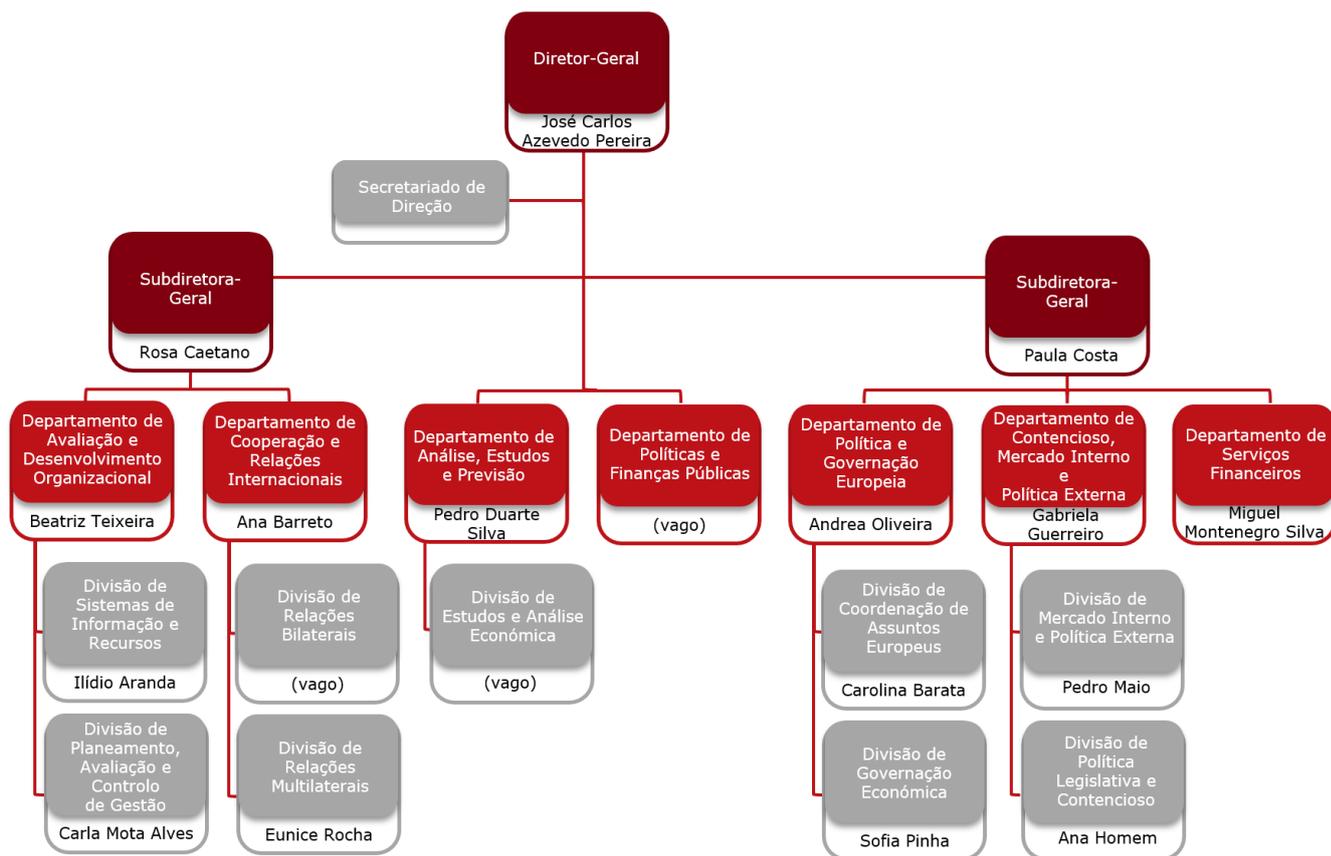
Valores

Excelência e profissionalismo | autocrítica permanente, incentivando a competência e as boas práticas
Rigor e Integridade | qualidade e a base científica
Responsabilidade e sentido de dever | promoção da imagem e dos interesses de Portugal
Criatividade e partilha do saber | inovação e a capacidade técnica

¹ Revogando o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto e o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril.

A **estrutura interna** do GPEARI traduz a orgânica prevista no decreto-regulamentar, estando organizada em sete departamentos.

Figura 2 | Estrutura Orgânica do GPEARI



2. SERVIÇOS PRESTADOS, UTILIZADORES E INTERLOCUTORES

As **atribuições** definidas no número 2 do Artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, traduzem a diversidade e transversalidade do âmbito de atuação do GPEARI na área de governação das Finanças.

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a alargar o âmbito da sua atuação, sendo a sua atividade determinada pelas dinâmicas do contexto económico do país e da União Europeia, o que se tem traduzido em crescentes exigências no que respeita às solicitações que lhe são dirigidas. Este crescimento de atribuições tem vindo a ser garantido num cenário de racionalização de recursos, destacando-se como principais serviços prestados pelo GPEARI os abaixo descritos.

Figura 3 | Principais serviços prestados



Os serviços e áreas de atuação desenvolvidas pelo GPEARI traduzem-se num conjunto alargado de atividades e produtos, entre os quais destacamos os seguintes:

- Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional.
- Coordenação do Conselho para a Produtividade, em modelo rotativo com o GEE do Ministério da Economia.
- Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado.
- Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.
- Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia;
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
 - Nota de Indicadores de Curto-Prazo;
 - Dossiers de Finanças Públicas (Portugal e Comparações Internacionais);
 - Portugal Latest Key Development;
 - Folheto sobre o Retorno para a Economia Nacional Resultante da Participação de Portugal nas Multilaterais.
- Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e da União Europeia, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais.
- Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF.
- Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP.
- Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.
- Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional.
- Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI.
- Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF.
- Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas".
- Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversas Direções – Gerais da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito, tal como os restantes estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o Banco de Portugal, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro e empresarial.

Figura 4. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

O mapa de pessoal do GPEARI, para 2021, prevê 72 colaboradores, o mesmo número de efetivos estimado para 2020.

Quadro 1 | Postos de trabalho previstos para 2021

Direção Superior e Intermédia	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas	Técnico Superior	Técnico de Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional
19	40	5	4	3	1
72					

Em 31 de dezembro de 2020, o GPEARI contava com 61 colaboradores, número igual ao registado em 2019 e menos 3 do que o registado em 2018, sendo patente a necessidade de reforçar o recrutamento, por forma a conseguir manter os atuais níveis de atividade, atendendo às saídas previstas e à rotatividade que se tem verificado nos últimos anos.

Em termos de recursos financeiros, a dotação em Transferências do Orçamento do Estado atribuída ao GPEARI é de 3,4 milhões de euros para 2021, refletindo um aumento 37 mil euros face ao plafond de 2020. O Orçamento encontra-se subdividido nas atividades de “Funcionamento” (cerca de 83%) e orçamento de “Cooperação” (cerca de 17%). Por memória, destaca-se ainda que o projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades, em execução desde 2019, projeto cofinanciado pelo SAMA2020, requer a inscrição da contrapartida nacional nas Transferências do Orçamento do Estado.

Quadro 2 | Orçamento Inicial do GPEARI para 2020 e 2021

	Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
	2020	2021	Δ	2020	2021	Δ	2020	2021	Δ
TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO									
D.01 Despesas com o pessoal	2 335 561€	2 293 732€	-1,8%	378 566€	439 939€	16,2%	2 714 127€	2 733 671€	0,7%
D.02 Aquisição de bens e serviços	462 502€	489 689€	5,9%	148 000€	145 500€	-1,7%	610 502€	635 189€	4,0%
D.07 Aquisição de bens de capital	60 000€	53 000€	-11,7%	0€	0€	n.a.	60 000€	53 000€	-11,7%
Subtotal	2 858 063€	2 836 421€	-0,8%	526 566€	585 439€	11,2%	3 384 629€	3 421 860€	1,1%
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO (211-FEDER e 282-Outros)									
D.02 Aquisição de bens e serviços	81 717€	75 936€	-7,1%	0€	0€	n.a.	81 717€	75 936€	-7,1%
Subtotal	81 717€	75 936€	-7,1%	0€	0€	n.a.	81 717€	75 936€	-7,1%
TOTAL	2 939 780€	2 912 357€	-0,9%	526 566€	585 439€	11,2%	3 466 346€	3 497 796€	0,9%

Legenda: n.a. - não aplicável

4. PLANEAMENTO - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

No ano de 2021, o GPEARI continuará a ter por referência os objetivos estratégicos definidos para o período 2019-2023, alinhados com a sua missão e com os principais vetores resultantes do contexto económico e financeiro do país.



CONTEXTO NACIONAL

Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

Potenciar a criação e o aperfeiçoamento das bases e do conhecimento para a formulação e definição de políticas, contribuindo para tomada de decisão sustentada e para a melhoria contínua das políticas implementadas, gerando valor acrescentado, valorizando o apoio técnico e projetando o GPEARI como um centro de excelência.



CONTEXTO INTERNACIONAL

Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

Reforçar a capacidade, conhecimento e sentido de análise para garantir a representação e defesa dos interesses nacionais envolvidos.



CONTEXTO INTERNO - PESSOAS

Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

Melhorar a capacitação, valorização, retenção e formação dos recursos, apostando em melhorias de eficiência e produtividade, fomentando a cultura organizacional, num contexto de exigente gestão de ativos.

Para a concretização dos objetivos estratégicos definidos, foram identificados 22 objetivos operacionais, voltados para a execução das operações e que envolvem as principais áreas de atuação das unidades orgânicas e constituem o Plano de Atividades para 2021 do GPEARI.

No QUAR para 2021 encontram-se os objetivos operacionais (dez), cuja relevância e contributo para a concretização da estratégia mais se destacam, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Importa ainda mencionar, neste enquadramento, o cumprimento das orientações plasmadas no artigo 28.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021.

Os restantes objetivos operacionais, que contribuem igualmente para a prossecução dos objetivos estratégicos, são considerados “extra-QUAR”.

Assim, o alinhamento estratégico entre todos os objetivos operacionais que contribuem para a prossecução dos objetivos estratégicos é o seguinte:

OE1 • Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF (QUAR O1.) 	<p>Melhorar os processos de definição e elaboração dos documentos de política económica e dos documentos técnicos de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela tutela, outros organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e instituições comunitárias e internacionais</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas (QUAR O2.) 	<p>Fomentar o conhecimento e a análise em temas relevantes, participando ativamente no Conselho para a Produtividade, promovendo a realização de seminários e desenvolvendo estudos e <i>policy papers</i>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas (QUAR O3.) 	<p>Implementar o projeto de capacitação e melhoria das metodologias de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais (QUAR O4.) 	<p>Assegurar a defesa dos interesses nacionais e do MF criando conhecimento para o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência (QUAR O6.) 	<p>Garantir o acompanhamento próximo da implementação dos planos de recuperação e resiliência dos países da União Europeia, em particular no que concerne aos requisitos associados ao desembolso das tranches.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental 	<p>Promover a publicação de informação relevante na área macrofinanceira e orçamental, melhorando os conteúdos e abrangência da informação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 	<p>Assegurar a coordenação da posição do MF no âmbito da implementação do quadro financeiro plurianual (QFP).</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica 	<p>Adotar políticas proactivas de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i> no sentido de promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica e criar conhecimento para o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas, garantindo as orientações estratégicas da tutela.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros 	<p>Garantir a coordenação, execução e monitorização dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial e dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica nas áreas de competências do Ministério das Finanças, mediante articulação com a tutela, com outros organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e Instituições Comunitárias e Internacionais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação) 	<p>Garantir a aplicação dos dispositivos legais previstos e integrar melhorias nos processos de monitorização das políticas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI (QUAR O10.) 	<p>Adotar políticas proactivas de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i>, promovendo a tempestividade da partilha de informação e antecipando qualitativamente as necessidades dos principais clientes.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um novo Modelo Macro econométrico para a Economia Portuguesa 	<p>Desenvolver com suporte e financiamento externo (Banco Mundial e Comissão Europeia) um novo modelo macro econométrico para a economia portuguesa, permitindo melhorar a capacidade de cenarização e preditiva do GPEARI.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da capacidade interna em <i>Green Budgeting</i> 	<p>Promover formação interna, com financiamento e lecionação externa (Comissão Europeia) referente à implementação do orçamento verde, um processo orçamental em que as receitas e despesas relevantes para as políticas ambientais são claramente identificadas nos orçamentos e relatórios de execução e estão sujeitas a indicadores de desempenho específicos, com o objetivo de melhor levar em consideração o impacto ambiental (incluindo riscos ambientais) em tomada de decisões orçamentais.</p>

OE2 • Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais (QUAR O4.) 	<p>Assegurar nos fóruns europeus e internacionais a representação e a defesa dos interesses nacionais e do MF, assegurando a transversalidade das temáticas desenvolvidas e as orientações estratégicas superiores.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI (QUAR O5.) 	<p>Assegurar a intermediação das discussões enquanto Presidência do Conselho da União Europeia, nomeadamente nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Eurogrupo, incluindo os respetivos comités preparatórios.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência (QUAR O6.) 	<p>Acompanhar a preparação, submissão e aprovação dos Planos de Recuperação e Resiliência, e, adicionalmente, acompanhar a política de financiamento a estabelecer pela Comissão Europeia e os respetivos desembolsos aos estados-membros, sujeitos ao cumprimento de objetivos e metas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias (QUAR O7.) 	<p>Promover a divulgação de oportunidades de negócio/investimento, garantindo a utilidade e adequação das iniciativas às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais. Garantir a operacionalização do programa Compacto Lusófono.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido 	Assegurar a defesa da posição do MF no que respeita às implicações decorrentes do <i>Brexit</i> .
<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 	Assegurar a defesa da posição do MF no âmbito da definição e implementação dos principais instrumentos e políticas sob o quadro financeiro plurianual (QFP).
<ul style="list-style-type: none"> ● Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros 	Promover a coordenação e execução dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial e dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica.
<ul style="list-style-type: none"> ● Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais 	Garantir a tempestividade e qualidade da informação técnica de reporte das missões.
<ul style="list-style-type: none"> ● Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais 	Promover a cooperação e coordenação das instituições nacionais envolvidas no âmbito do acompanhamento das missões regulares, garantindo o reporte da informação acordada às instituições europeias e internacionais.
<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI (QUAR O10.) 	Garantir a capacitação interna para a promoção e representação dos interesses nacionais. Promover a imagem externa através da divulgação das principais atividades.

OE3 • Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas (QUAR O3.) 	Dotar os recursos humanos de novos conhecimentos, capacitando para a melhoria metodológica dos processo de avaliação em políticas públicas.
<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos (QUAR O8.) 	Implementar a melhoria de processos e a desmaterialização através do diagnóstico interno da arquitetura empresarial e impacto de diplomas legais. Dotar o GPEARI de instrumentos de gestão da informação, sistematizar a política de proteção de dados pessoais e os requisitos para arquivo digital.
<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão (QUAR O9.) 	Aprofundar as medidas de promoção da motivação e participação dos trabalhadores na gestão, comunicação e envolvimento e responsabilidade social.
<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão, a gestão de recursos e o controlo interno 	Desenvolver e melhorar os processos de elaboração e monitorização dos instrumentos de gestão e de controlo de gestão.
<ul style="list-style-type: none"> ● Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC 	Adotar procedimentos e melhorias de eficiência, procurando as soluções mais adequadas para a boa gestão.
<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI (QUAR O10.) 	Promover a capacitação e valorização dos recursos humanos, fomentando a cultura organizacional, numa perspetiva de qualidade dos serviços e eficiência de recursos. Promover a imagem externa através da divulgação das principais atividades.
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento da capacidade interna em <i>Green Budgeting</i> 	Promover formação interna, com financiamento e lecionação externa (Comissão Europeia) em práticas inovadoras e temáticas relevantes como é a integração da perspetiva ambiental no processo orçamental em que as receitas e despesas relevantes para as políticas ambientais são claramente identificadas.

4.1. DESTAQUES DA ATIVIDADE

Um dos incontornáveis desafios para o GPEAR durante o ano de 2021 e, em particular durante o primeiro semestre, será a Presidência Portuguesa da União Europeia, a qual representará um esforço de trabalho acrescido para a preparação das reuniões nos fóruns internacionais, em particular na União Europeia. Neste contexto, torna-se essencial assegurar, para além dos trabalhos de apoio à definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção nacionais, a intermediação das discussões enquanto Presidência do Conselho da União Europeia, nomeadamente nas reuniões do Conselho ECOFIN e do Eurogrupo, incluindo respetivos comités preparatórios. Este esforço adicional traduz-se na necessidade de um acompanhamento mais próximo e exigente enquanto intermediário justo entre todos os estados-membros e junto das outras instituições europeias dos principais dossiers em discussão no seio da União Europeia.

A par destes desafios, o ano de 2021 continua fortemente marcado pela pandemia provocada pela Covid-19, tendo o GPEARI sido chamando a contribuir para o debate e análise das diversas iniciativas que a União Europeia e outras organizações internacionais têm vindo a desenvolver para apoiar os esforços dos estados-membros e dos países em desenvolvimento na resposta à atual situação de saúde pública e à recuperação económica. Em particular, de salientar os trabalhos conducentes à adoção do Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o elemento central do instrumento “Próxima Geração”. Tendo em conta a importância deste Mecanismo para Portugal e para a recuperação da economia europeia, será essencial garantir um acompanhamento próximo, de forma a garantir a sua entrada em vigor de forma célere e de garantir que a sua implementação, nomeadamente por parte da Comissão Europeia, não colocando em causa as necessidades nacionais e europeias de recuperação e resiliência.

Adicionalmente, importa igualmente acompanhar a preparação e submissão dos Planos de Recuperação e Resiliência, e, adicionalmente, acompanhar a política de financiamento a estabelecer pela Comissão Europeia e os respetivos desembolsos aos estados-membros, sujeitos ao cumprimento de determinados objetivos e metas.

Destaca-se, igualmente, neste campo, a contribuição do GPEARI para a elaboração do Programa de Recuperação e Resiliência de Portugal, nomeadamente ao nível do respetivo cenário macroeconómico de curto e médio prazo e da avaliação do impacto macroeconómico das diferentes medidas dele constantes.

Em 2021, continuaremos a dar especial enfoque ao projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas", apoiado pelo Programa de Apoio às

Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia, que envolve apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna, em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, e que permitirá tornar o GPEARI num referencial no processo de avaliação de políticas públicas. O GPEARI tem ainda em curso, e já pré-selecionadas, duas candidaturas a outros dois projetos estruturantes, financiados pela Comissão Europeia: o desenvolvimento de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa, que permitirá melhorar a capacidade de cenarização e preditiva do GPEARI; e formação específica em termos de *green budgeting*, capacitação para a implementação de um processo orçamental em que as receitas e despesas relevantes para as políticas ambientais são claramente identificadas e estão sujeitas a indicadores de desempenho específicos, com o objetivo de levar em consideração o impacto ambiental (incluindo riscos ambientais) na tomada de decisões orçamentais.

No contexto do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027, o GPEARI continuará a participar na negociação das propostas de novos recursos próprios do Orçamento da União Europeia, no sentido de reformar o seu sistema de financiamento e de criar novas fontes de financiamento, em particular com o objetivo de este contribuir para o reembolso dos empréstimos contraídos pela Comissão no âmbito do instrumento "Próxima Geração UE".

Manter-se-á o acompanhamento e vigilância do exercício pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal e das missões no âmbito do Semestre Europeu. Em paralelo, o GPEARI acompanhará, igualmente, as missões de monitorização, na qualidade de membro do Fundo Monetário Internacional, através das missões anuais sob o Artigo IV, e enquanto membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, através do Exame Económico a Portugal, o qual decorre a cada dois anos.

Na área dos serviços financeiros, o enfoque será a Presidência Portuguesa da União Europeia, sendo de destacar que o GPEARI assumirá a Presidência ou vice-presidência dos Grupos de trabalho onde as negociações de propostas legislativas decorrem. São de destacar em particular as negociações dos Regulamentos MiCA (*Markets in Crypto Assets*) e DORA (*Digital Operational Resilience Act*), a revisão da Diretiva do Seguro automóvel, bem como a Diretiva dos *Servicers*. Será também de destacar o papel do GPEARI na preparação de conclusões do Conselho sobre a Estratégias dos Pagamentos a Retalho, as quais têm por objetivo fornecer à Comissão Europeia diretrizes claras na prossecução dos trabalhos neste domínio.

Ainda neste contexto, o GPEARI assumirá a Presidência das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Direito das Sociedades, nomeadamente das reuniões dedicadas à negociação da proposta de revisão da Diretiva 2014/95/UE relativa à divulgação de informações não

financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos, que deverá ser apresentada pela Comissão Europeia no final de abril.

De realçar, por outro lado, o contributo que o GPEARI continuará a dar no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. A nível europeu, o GPEARI assumirá a Presidência das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Serviços Financeiros dedicadas à negociação das propostas legislativas a serem apresentadas pela Comissão Europeia em maio, dando posteriormente continuidade à coordenação da posição nacional neste fórum, e acompanhará os trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing*. A nível internacional, dará continuidade à participação nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira, integrando a delegação portuguesa. Também neste âmbito, mas a nível nacional, dará continuidade à participação nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

Paralelamente, o GPEARI prosseguirá o seu papel de autoridade nacional competente em matéria de medidas restritivas, conjuntamente com a Direção-Geral de Política Externa.

É ainda de destacar o papel que o GPEARI continuará a ter em matéria de aplicação da legislação da UE, quer em termos de transposição de diretivas, quer de execução de opções previstas em regulamentos, bem como a participação na elaboração de projetos legislativos de iniciativa nacional.

De realçar igualmente os trabalhos em matéria de auxílios de Estado, área que assume particular importância no âmbito da adoção de medidas de apoio à economia para mitigar os efeitos da crise pandémica.

No âmbito da cooperação internacional, o ano de 2021 será marcado pelas negociações de dossiês de relevo como sejam:

- i) a Arquitetura Financeira Europeia para o Desenvolvimento, cujo estudo independente, realizado em 2020, será apresentado aos Ministros das Finanças e objeto de conclusões pelo Conselho ECOFIN e
- ii) a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida dos países em desenvolvimento beneficiários (DSSI na sigla inglesa) e o acordo-quadro para o tratamento da dívida para além da DSSI, em que o debate ocorre não apenas nos *fora* europeus, mas também em sede do FMI e do G20 e G7.

Ambos os dossiês estão relacionados com o apoio aos países mais pobres no combate aos efeitos adversos da pandemia e no estímulo da recuperação económica global. Neste contexto, o envolvimento do GPEARI passará não apenas pela preparação das reuniões

ministeriais, quer de âmbito europeu, quer ao nível de outros *fora* internacionais, assim como pela presidência das reuniões de coordenação europeia nas várias Instituições Financeiras Internacionais, com destaque para o Banco Mundial, ao longo do primeiro semestre de 2021, durante a Presidência Portuguesa. Ainda neste domínio, importa ressaltar a designação do GPEARI para participar no *Africa Advisory Group*, do G20.

O GPEARI dará ainda continuidade à implementação da iniciativa com o Banco Africano de Desenvolvimento - o Compacto Lusófono - enquanto instrumento de estímulo ao desenvolvimento do setor privado nos PALOP.

Importará também destacar o habitual contributo do GPEARI para o debate sobre temáticas de interesse global, sendo que em 2021 haverá um enfoque particular nas questões relacionadas com a Agenda Climática, na sequência da aprovação e início da implementação do Roteiro do Banco Europeu de Investimento para o Banco Climático e apelo da comunidade internacional para que outras Instituições Financeiras Internacionais adotem o mesmo tipo de ambição, relativamente ao alinhamento com o Acordo de Paris, bem como a participação na Coligação dos Ministros das Finanças para a Ação Climática e em outros grupos de trabalho internacionais para estabelecer as melhores práticas de integração do clima no planeamento económico e gestão orçamental. Há ainda a referir que, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, o GPEARI foi designado para participar no Grupo de Estudo sobre o Financiamento Sustentável do G20.

Por último, nota para o trabalho de avaliação e preparação do próximo Plano Estratégico do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais, tendo em vista dar foco à atividade do Grupo de Trabalho GPEARI-AICEP em ações que potenciem as mais-valias do setor empresarial português, com maior potencial de interseção com os projetos financiados pelas Multilaterais.

No quadro do Banco Europeu de Investimento, o GPEARI assegurará a representação no Comité de Contribuintes do Fundo de Garantia Pan-Europeu (EGF na sigla inglesa) – instrumento de resposta ao impacto económico da pandemia Covid-19, garantindo que, sobretudo, as Pequenas e Médias Empresas (PME) e as empresas de média capitalização (MidCap) nos estados-membros participantes dispõem de liquidez suficiente para enfrentar a crise pandémica. De igual modo, assumirá a representação nacional ao nível do Conselho Consultivo do Fundo *InvestEU*, uma das três componentes do Programa *InvestEU*, o qual visa reunir numa única estrutura os múltiplos instrumentos de apoio ao investimento disponíveis na UE.

O GPEARI manterá a participação ativa nos processos de desenvolvimento de melhores práticas de gestão na administração pública, contribuindo para a melhoria dos processos de planeamento, alinhamento estratégico, controlo da atividade e avaliação de desempenho.

No âmbito do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, designadamente no seu Grupo de Trabalho, cujo mandato decorre da estratégia para a inovação e modernização da administração pública, em particular no vetor da gestão, o GPEARI iniciou a participação num conjunto de linhas de ação, que visam o desenvolvimento e reflexão interdepartamental de um conjunto de temas relevantes na ótica da avaliação de serviços, planeamento estratégico, planeamento orçamental e de atividades.

No âmbito do desenvolvimento organizacional, foi firmada uma parceria entre o GPEARI, a eSPap e a SGMF para desenvolvimento do GERProj 2.0., ferramenta que visa facilitar e agilizar o processo de planeamento e acompanhamento da atividade. Este será um projeto que em muito contribuirá para uma melhor acreditação destes processos internamente, garantindo também a fiabilidade da informação. Paralelamente, prevê-se a conclusão do projeto SIPA (cofinanciamento SAMA) e a implementação de um conjunto de Medidas de *Compliance*, melhorando o controlo interno e de gestão.

4.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - QUAR 2021

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização – constitui-se como um instrumento de apoio à gestão, que traduz o referencial estratégico do organismo e permite analisar e avaliar o desempenho, com base nos objetivos operacionais em destaque em cada ano.

No QUAR do GPEARI para 2021 foram definidos dez objetivos operacionais, alinhados com as funções *core*, com a modernização, a melhoria de processos e a qualidade do serviço prestado, bem como com questões de suporte e valorização do capital humano. Neste particular, destaca-se o compromisso com as orientações publicadas na Lei do Orçamento do Estado para 2021, designadamente, nos domínios da segurança e da saúde no trabalho, da promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, pessoal e profissional, da motivação e da avaliação da satisfação dos utilizadores externos (vide Anexo I – versão integral do QUAR).

Quadro 3 | QUAR 2021 – objetivos operacionais e indicadores

	META	VALOR CRÍTICO	PESO	UO
EFICÁCIA			35%	
OO1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF			35%	
IND1.1. Número de documentos de política económica elaborados	5-7	10	25%	DAEP; DPFP; DPGE; DCMIPE; DSF
IND1.2. Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	232-312	340	25%	TODAS
IND1.3. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	380-480	538	25%	DPGE; DAEP; DPFP; DCMIPE, DCRI
IND1.4. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	480-600	675	25%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI
OO2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas			7,5%	
IND2.1. Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	335-365	300	30%	DAEP; DPFP
IND2.2. Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	9-13	19	20%	DAEP; DPFP
IND2.3. Número de estudos económicos e <i>policy papers</i>	6-8	9	50%	DAEP; DPFP
OO3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas			7,5%	
IND3.1. Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	90%-100%	100%	100%	DAEP; DPFP
OO4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais			30%	
IND4.1. Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	340-440	488	60%	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE; DCRI
IND4.2. Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	205-265	312	40%	TODAS
OO5. Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI			20%	
IND5.1. Número de eventos organizados	50-60	70	25%	DPGE; DSF; DCMIPE
IND5.2. Número de reuniões de coordenação organizadas	209-249	286	25%	DPGE; DSF; DCMIPE
IND5.3. Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	3-5	6	25%	DPGE; DSF; DCMIPE
IND5.4. Número de documentos preparados	98-118	135	25%	DPGE; DSF; DCMIPE

	META	VALOR CRÍTICO	PESO	UO
EFICIÊNCIA				40%
OO6. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência de Portugal				15%
IND6.1. Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação <i>ex-ante</i> dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	8-12	15	50%	DAEP; DPF
IND6.2. Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível da União Europeia	20-24	30	50%	DPGE
OO7. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias				22,5%
IND7.1. Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	8-12	15	35%	DCRI
IND7.2. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	70%-90%	100%	35%	DCRI
IND7.3. Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	40-50	30	30%	DCRI
OO8. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos				30%
IND8.1. Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	75%-95%	100%	100%	TODAS
OO9. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão				32,5%
IND9.1. N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	13-17	20	100%	DADO
QUALIDADE				25%
OO10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados				100%
IND10.1. Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,20-4,50	5	50%	TODAS
IND10.2. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,05-4,25	5	50%	TODAS

4.3. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ATIVIDADES EXTRA-QUAR

Para além dos objetivos operacionais identificados no QUAR, foram ainda definidos os objetivos extra-QUAR e respetivos indicadores:

Quadro 4 | Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR

	META	UO
EQ1. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental		
EQ1.1 Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da <i>internet</i> do GPEARI	254-274	DAEP; DPFP
EQ2. Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais		
EQ2.1 Número de reportes às instituições europeias e internacionais	85-115	DPGE
EQ3. Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais		
EQ3.1 Número de reuniões organizadas no âmbito de missão	40-60	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE
EQ3.2 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões (contado a partir do último dia de cada missão semestral – em dias)	6-10	DPGE
EQ3.3 Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	40-60	DPGE
EQ4. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido		
EQ4.1 Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	7-9	DPGE; DCMIPE; DSF
EQ5. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia		
EQ5.1 Nº de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	14-18	DPGE
EQ6. Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica		
EQ6.1 Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	11-15	DCRI
EQ7. Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros		
EQ7.1 Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	3-5	DCRI
EQ7.1 Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	7-9	DCRI

	META	UO
EQ7.1 Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	50%-70%	DCRI
EQ8. Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)		
EQ8.1 % de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	80%-90%	DADO
EQ8.2 Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	4-6	DADO
EQ8.3 Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	2-4	DADO
EQ9. Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão de recursos e o controlo interno		
EQ9.1 Número de processos de gestão de recursos, planeamento, instrumentos de gestão e reporte	380-464	DADO
EQ9.2 Grau de implementação do Plano de Medidas <i>Compliance</i> – em pontos (Requisitos legais e normativos RGPD, papel zero, RNID, RJCAI, Acesso informação administrativa, Cibersegurança, mitigação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Segurança e Saúde no Trabalho)	40-60	DADO
EQ10. Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC		
EQ10.1 Grau de satisfação dos utilizadores internos	3,8-4,2	DADO
EQ11. Desenvolvimento de um novo Novo Modelo Macroeconómico para a Economia Portuguesa		
EQ11.1 Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	45-55	DAEP; DPFP
EQ12. Desenvolvimento da capacidade interna em <i>Green Budgeting</i>		
EQ12.1 Grau de execução do projeto "Formação em <i>Green Budgeting</i> "	45-55	DAEP; DPFP

No anexo II estão descritos os objetivos, indicadores e respetivas atividades.

5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Assumindo o carácter estratégico das medidas de modernização administrativa na construção de serviços mais ágeis, inovadores e capazes de responder aos desafios do futuro, o GPEARI tem vindo a trabalhar na identificação de melhorias que visem a desburocratização, qualidade e inovação, a par de poupanças associadas a tais medidas².

A modernização administrativa tem vindo a ser um dos pilares considerados prioritários, sedimentada na implementação de reformas relevantes de modernização do Estado, que valorizam as suas funções e reforçam a capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade.

Assim, não obstante as exigentes circunstâncias, o GPEARI tem vindo a implementar algumas medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, potenciando a práticas inovadoras de gestão e de organização do trabalho.

Neste domínio, em 2021, irá dar-se continuidade ao projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades” - já iniciado em 2019 – que beneficia de financiamento do sistema de apoio à transformação digital da administração pública (SAMA2020) – e que tem vindo a produzir um forte impacto na gestão da atividade, trazendo melhorias significativas, mas constituindo simultaneamente um desafio à organização. O primeiro pilar deste projeto foi concluído com o lançamento do novo Portal do GPEARI em 2020, sendo que em 2021 está previsto o desenvolvimento dos restantes 2 pilares:

- Reengenharia e desmaterialização na Gestão de Processos;
- A realização de um estudo que promova a análise exaustiva das necessidades de empreendedores e empresas e que permita identificar e desenhar novos serviços (Balcão Único Empresas) que, enquadrados na missão do GPEARI, suportem as empresas que pretendem iniciar processos de internacionalização e/ou pretendam desenvolver negócios em novos mercados externos.

O projeto apoiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia, aprovado em 2019, permitirá uma série de melhorias organizacionais decorrentes do desenvolvimento do apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação

² De acordo com o artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio - obrigação de integração nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver.

interna em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais.

Enquadrado na melhoria contínua e no desenvolvimento organizacional do GPEARI, com especial enfoque na melhoria de procedimentos, temos vindo internamente a conferir ao planeamento e controlo da atividade o destaque que merecem, enquanto exigências para uma gestão eficiente na Administração Pública.

Neste contexto, foi firmada uma parceria entre o GPEARI, a eSPap e a SGMF no sentido de promover o desenvolvimento atual e futuro das funcionalidades do GERProj 2.0., uma ferramenta desenvolvida pela eSPap com o intuito de facilitar e agilizar o processo de planeamento e acompanhamento da atividade - elaboração do Plano de Atividades e QUAR, bem como do Relatório de Atividades. Este desafio foi lançado ao GPEARI pela eSPap dadas as suas atribuições de coordenação da avaliação do desempenho dos serviços do MF com o objetivo de robustecer não só o ciclo de planeamento do Ministério, como também a capacidade do MF em futuros desenvolvimentos que venham a ocorrer, em matérias de plataformas para acompanhamento dos processos de planeamento. Este será um projeto que em muito contribuirá para uma melhor acreditação destes processos internamente, garantindo também a fiabilidade da informação.

No âmbito do atual contexto de pandemia, planeia-se reforçar e aprofundar o recurso a ferramentas do Microsoft 365 como meio para robustecer a comunicação e o trabalho em equipa. Neste contexto, e fazendo uso das potencialidades destas ferramentas, está previsto o lançamento do projeto GPEARI.*Shares*, com base no Microsoft Teams, com o objetivo de promover a partilha de informação e conhecimento relativamente a temas transversais aos vários departamentos, potenciando o espírito crítico, as sinergias e o trabalho em rede.

Prevê-se, ainda, a continuação do aprofundamento e a consolidação dos trabalhos na área do controlo de gestão, de modo a melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco, sustentando a melhor tomada de decisão na gestão diária do GPEARI. A melhoria nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação trará ganhos de eficácia e de eficiência ao desempenho do GPEARI, enquadrando-se nas mais recentes orientações de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa, desmaterialização de processos, garantindo a conformidade dos processos.

A Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, veio enquadrar a adoção de medidas que contribuam para a racionalização e controlo da despesa, num quadro de maior simplificação e modernização administrativa, de desmaterialização de processos e da promoção da redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão. Neste contexto, na continuação dos esforços que o GPEARI tem desenvolvido

nos últimos anos, manter-se-á o projeto GPEARI.*Green*, que tem como objetivo a promoção de um consumo de papel consciente, eficiente e ambientalmente responsável, mediante procedimentos especificamente adaptados à realidade do GPEARI.

6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

A capacitação e formação dos colaboradores do GPEARI é assumida como prioritária e tem como objetivo principal proporcionar oportunidades de crescimento profissional e pessoal. É também um alicerce fundamental para a melhoria contínua dos serviços prestados, apostando na agilidade, inovação e capacidade de reação perante novos desafios.

Com base no Diagnóstico de Necessidades de Formação para 2021-2022, foi elaborado o Plano de Formação para 2021, que se constitui como importante fator de motivação e clara aposta na qualificação profissional dos colaboradores.

As áreas de formação abrangem principalmente as políticas públicas, a gestão e administração, a cooperação para o desenvolvimento, língua inglesa e informática. Na área económica, destaque para a formação em análise custo-benefício, o modelo macroeconómico da economia portuguesa e modelização de determinantes do investimento privado.

Na área das finanças públicas, está prevista a frequência do *Green Budgeting Framework Training Programme*, um programa da Comissão Europeia que tem como objetivo apoiar a implementação do orçamento verde nos estados-membros. Este processo orçamental preconiza que as receitas e despesas relevantes para as políticas ambientais são claramente identificadas nos orçamentos e relatórios de execução, estando sujeitas a indicadores de desempenho específicos, com o objetivo de melhor levar em consideração o impacto ambiental (incluindo riscos ambientais) nas tomadas de decisão orçamental.

No âmbito do projeto de "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas", após a conclusão da formação teórica, mantém-se o apoio *on-job*, bem como a componente relativa ao enquadramento teórico e metodologias no âmbito da avaliação de políticas públicas. A formação abrange um conjunto alargado de colaboradores afetos às áreas específicas e também alguns colaboradores de outras áreas conexas, atendendo à sua transversalidade e interesse.

No âmbito do projeto "SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades", está prevista a continuação da formação nas diferentes aplicações que compõem o sistema, de modo que este seja operado de forma eficaz e eficiente, reforçando também as competências do GPEARI

no que se refere ao uso das tecnologias, em resposta aos objetivos traçados na estratégia de modernização administrativa.

Com o desenvolvimento do projeto GERProj 2.0., em parceria com a eSPap, prevê-se a formação de alguns utilizadores chave para desenvolvimento e acompanhamento do processo de planeamento e gestão da atividade.

Está, ainda, prevista a frequência de ações de formação, designadamente proporcionadas pelo INA, quer em competências de liderança, apostando na participação de seminários e *workshops* de capacitação para a gestão e liderança, quer em diversos *webinars*, metodologia privilegiada não só em resposta às atuais circunstâncias de confinamento e diminuição de contactos presenciais, mas também para proporcionar fácil acesso aos mais variados temas.

Adicionalmente, no contexto de uma estratégia de formação assente na utilização eficiente de recursos, a aposta vai manter-se na promoção da participação dos colaboradores em seminários internos, permitindo não só uma maior divulgação do conhecimento gerado pelo próprio GPEARI como o cruzamento de informação relevante a dossiers de interesse para os diferentes departamentos.

7. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual». A ENIND marca um novo ciclo programático que se iniciou em 2018, definindo grandes metas de ação global e estrutural até 2030, para a consecução da igualdade e da não discriminação. Em termos operacionais, encontra-se estruturada através de 3 Planos de Ação onde estão definidas medidas concretas a desenvolver até 2021, nomeadamente: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais.

Paralelamente, nos objetivos estratégicos do GPEARI a componente das pessoas e da sua valorização ganharam preponderância, destacando o capital humano como o principal ativo gerador de valor dentro das organizações. De facto, exige-se uma gestão dos trabalhadores que integre práticas de gestão eficiente e responsável, melhorando a capacitação, a valorização, a retenção e a formação dos recursos, fomentando a cultura organizacional e a produtividade.

Neste enquadramento, o GPEARI planeia continuar a implementar medidas que têm vindo a contribuir para melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal, como o recurso a meios seguros de acesso remoto à rede informática (VPN), a aprovação de pedidos de horários de trabalho em jornada contínua e de pedidos para modalidade de trabalho em teletrabalho, a utilização de crédito horário mensal no âmbito da gestão da assiduidade, a dispensa de aniversário e a dispensa para autoformação.

ANEXO I • QUAR 2021

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais											
MISSÃO:	Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.										
Objetivos Estratégicos											
OE 1. Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF											
OE 2. Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional											
OE 3. Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos											
Objetivos Operacionais											
EFICÁCIA										Ponderação:	35%
01. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF										Peso:	35%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	4	8	10	6	1	8	25%		n.d.	
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	224	299	288	272	40	340	25%		n.d.	
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	414	429	510	430	50	538	25%		n.d.	
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	487	533	600	540	60	675	25%		n.d.	
02. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas										Peso:	7,5%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	-	84	350	350	15	300	30%		n.d.	
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	15	19	9	11	2	19	20%		n.d.	
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	9	8	8	7	1	9	50%		n.d.	
03. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas										Peso:	7,5%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	-	-	1	95%	5%	100%	100%		n.d.	
04. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais										Peso:	30%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	439	492	520	390	50	520	60%		n.d.	
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	275	312	225	235	30	312	40%		n.d.	
05. Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI										Peso:	20,0%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND5.1.	Número de eventos organizados	-	-	-	55	5	70	25%		n.d.	
IND5.2.	Número de reuniões de coordenação organizadas	-	-	-	229	20	286	25%		n.d.	
IND5.3.	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	-	-	-	4	1	6	25%		n.d.	
IND5.4.	Número de documentos preparados	-	-	-	108	10	135	25%		n.d.	
EFICIÊNCIA										Ponderação:	40%
06. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência										Peso:	15%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND6.1.	Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex-ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	-	-	-	10	2	15	50%		n.d.	
IND6.2.	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	-	-	-	22	2	30	50%		n.d.	
07. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias										Peso:	22,5%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	13	15	10	10	2	15	35%		n.d.	
IND7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	84%	87%	82%	80%	10%	100%	35%		n.d.	
IND7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	-	-	-	45	5	30	30%		n.d.	
08. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos										Peso:	30%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND8.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	-	0	50%	85%	10%	100%	100%		n.d.	
09. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão										Peso:	32,5%
INDICADORES		2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND9.1.	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	-	-	-	15	2	20	100%		n.d.	

QUALIDADE									Ponderação:	25%		
O10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI									Peso:	100%		
INDICADORES			2018	2019	2020 Resultado previsto	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND10.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)		4,36	4,33	-	4,35	0,15	5	50%		n.d.	
IND10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)		4,16	4,18	-	4,15	0,10	5	50%		n.d.	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos							Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação		
EFICÁCIA	35%	0,0%	0,0%	☒				
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	0,0%	0%	☒	12,3%	R		
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	7,5%	0,0%	0%	☒	2,6%			
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	7,5%	0,0%	0%	☒	2,6%			
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	0,0%	0%	☒	10,5%	R		
O5. Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI	20%	0,0%	0%	☒	7,0%			
EFICIÊNCIA	40%	0,0%	0,0%	☒				
O6. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência	15%	0,0%	0%	☒	6,0%			
O7. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	22,5%	0,0%	0%	☒	9,0%			
O8. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	30%	0,0%	0%	☒	12,0%	R*		
O9. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	32,5%	0,0%	0%	☒	13,0%	R*		
QUALIDADE	25%	0,0%	0,0%	☒				
O10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	100%	0,0%	0%	☒	25,0%	R*		
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	0,0%	0%	☒	72,8%	5/10		

* cumprimento artigo 28.º LOE2021

Indicadores	Fonte de Verificação	UO Responsável	Justificação do Valor Crítico
IND1.1. Número de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração do Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE;	DAEP; DPFP; DPGE; DCMPIE; DSF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.2. Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.3. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a organismos da AP e outras entidades nacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DCMPIE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.4. Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a instituições comunitárias e internacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMPIE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.1. Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	Data de apresentação pública do Relatório, em parceria com o GEE	DAEP; DPFP	Prazo de antecipação considerado excelente
IND2.2. Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Seminários e workshops organizados pelo GPEARI ou em parceria	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.3. Número de estudos económicos e policy papers	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND3.1. Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registos de acompanhamento do Program PARE	DAEP; DPFP	Realizar mais um módulo do que o previsto
IND4.1. Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMPIE, DCRI;	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND4.2. Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.1. Número de eventos organizados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMPIE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.2. Número de reuniões de coordenação organizadas	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador as reuniões de coordenação que antecedem as reuniões nos grupos de trabalho presididos pelo GPEARI no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMPIE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.3. Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador as reuniões de coordenação com o MF no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMPIE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.4. Número de documentos preparados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador os documentos produzidos para a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMPIE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6.1. Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex-ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	Envio formal das avaliações internamente para validação e submissão à Comissão Europeia	DAEP, DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6.2. Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DPGE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.1. Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.2. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IPI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aien Portugal Global.	DCRI	Grau máximo de utilidade
IND7.3. Prazo médio de elaboração do parecer técnico sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] e prazos registados no sistema de gestão documental	DCRI	Antecipação da data
IND8.1. Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	Execução semestral SAMA 2020	TODAS	De acordo com o calendário de execução previsto para o projeto
IND9.1. N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registo das iniciativas promovidas	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND10.1. Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND10.2. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	TODAS	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS		30/set		31/dez		DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30/jun		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
				Efetivos	Pontos						
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60		0		0		0		
Dirigentes - Direcção intermédia	16	16	256		0		0		0		
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças*	12	45	540		0		0		0		
Coordenador Técnico	9	1	9		0		0		0		
Técnico de Informática	9	3	27		0		0		0		
Assistente Técnico	8	3	24		0		0		0		
Assistente Operacional	5	1	5		0		0		0		
Total		72	921		0		0		0		

* Inclui técnicos superiores

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2016	Realizado 31-12-2017	Realizado 31-12-2018	Realizado 31-12-2019	Previsto 31-12-2020	Realizado 31-12-2020	Previsto 31-12-2021	Realizado 30-06-2021	Realizado 30-09-2021	Realizado 31-12-2021
	54	65	65	62	72	62	72			

Recursos Financeiros										
DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução			
			30-06-2021	30-09-2021	31-12-2021					
Orçamento de funcionamento	€ 3 382 017,00	€ -	€ -	€ -						
Despesas com Pessoal	€ 2 733 671,00									
Aquisição de Bens e Serviços	€ 595 346,00									
Outras despesas correntes	€ -									
Aquisição de bens de capital	€ 53 000,00									
Orçamento de investimento - OE	€ 49 843,00		€ -	€ -						
Orçamento de investimento - FEDER	€ 65 936,00									
TOTAL	€ 3 497 796,00	€ -	€ -	€ -						

O orçamento de investimento inclui €65.936,00 da fonte de financiamento 411-FEDER, relativos a financiamento de Projeto SAMA2020

ANEXO II • OBJETIVOS QUAR E EXTRA-QUAR 2021

QUAR			
Objetivo	Q1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	
Indicador	1.1	Número de documentos de política económica elaborados	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DPGE;DCMIPE;DSF	META	5-7
Atividades		UO Responsável	UO participantes
PE 2021		DAEP; DPFP	
OE 2022		DAEP; DPFP	
CGE 2020		DAEP; DPFP	
Programa Nacional de Reformas		DAEP; DPFP	
Draft Budgetary Plan 2022		DAEP; DPFP	
Balanço da participação de Portugal na UE		DPGE	DCMIPE;DSF

Indicador	1.2	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	
UO Responsável	TODAS	META	232-312
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas		DAEP	
Custa Quanto		DAEP	
Acompanhamento das políticas de ação climática		DAEP	
Análise e a elaboração de projeções das principais variáveis orçamentais e da dívida pública		DPFP	
Acompanhamento e projeção das regras europeias orçamentais e da dívida pública		DPFP	
Acompanhamento da implementação da nova LEO e do SNC-AP		DPFP	
Elaboração de policy papers sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério		DAEP; DPFP	
Outras solicitações		DAEP; DPFP	
Relatórios de monitorização dos Prazos Médios de Pagamento (4º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2020)		DADO	
Análise de projetos e propostas ao Conselho de Administração BEI		DCRI	
Recomendações à tutela após Conselho de Administração BEI		DCRI	
Análise de propostas aos Conselhos de Governadores das IFI		DCRI	
Análise de projetos e propostas ao Conselho de Administração CEB		DCRI	
Análise de projetos e propostas ao Joint Meeting CEB		DCRI	
Notas no quadro UE (inclui notas sobre políticas UE/BEI para ECOFIN / CEF / SCIMF)		DCRI	
Notas técnicas para reuniões de alto nível bilaterais (Cimeiras e GT, por ex)		DCRI	
Respostas a pedidos diversos da tutela		DCRI	
Auxílios de Estado		DCMIPE	
Processos de negociação e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno		DCMIPE	
Anteprojetos legislativos e outras solicitações de natureza não legislativa		DCMIPE	
Ponto de situação (mensais e anual) da transposição ou aplicação na ordem jurídica interna da legislação comunitária		DCMIPE	
Matérias de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários		DCMIPE	
Medidas restritivas		DCMIPE	
Branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e da proliferação		DCMIPE	
Respostas a pedidos da tutela		DPGE	
Parecer técnico anteprojecto legislativo		DSF	
Preparação de reunião		DSF	
Outros pareceres técnicos		DSF	

Indicador	1.3	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DCMIPE, DCRI	META	380-480
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Agregados Macroeconómicos e Conjuntura		DAEP	
Acompanhamento das políticas de ação climática		DAEP	
Finanças Públicas		DPFP	
Respostas a pedidos de contributos da DGAE - MNE		DPGE	
Contributo para o BMEP		DPGE	
Respostas a pedidos de contributos de organismos da AP portuguesa, bem como a solicitações de organismos da AP de outros países		DCRI	
Processos de negociação e elaboração de documentos estratégicos no quadro do mercado interno		DCMIPE	
Anteprojetos legislativos e outras solicitações de natureza não legislativa		DCMIPE	
Matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários		DCMIPE	
Medidas restritivas		DCMIPE	
Branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e da proliferação		DCMIPE	

Indicador	1.4	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI	META	480-600
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Acompanhamento das políticas de ação climática		DAEP	
Resposta a procedimentos escritos da responsabilidade dos secretariados dos Comitês do Conselho		DPGE	
Respostas a pedidos de contributos da DGAE - MNE		DPGE	
Resposta a questionários e outras consultas		DSF	
Fiscal database		DPFP	
Finanças Públicas		DPFP	
Votos no âmbito Conselho de Governadores e Conselhos de Administração das IFI		DCRI	
Questionários APD		DCRI	
Resposta a pedidos no âmbito das IFI (inclui comentários a documentos sobre políticas e estratégias das instituições; estratégias e projetos para países beneficiários; posicionamento nacional sobre a adesão de novos membros, entre outros)		DCRI	
Resposta a pedidos relacionados com auxílios de Estado		DCMIPE	
Processos de pré-contencioso e contencioso		DCMIPE	
Matéria de relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da EU - Emissão de pareceres, elaboração de documentos técnicos, divulgação de projetos e organização de visitas de estudo e seminários		DCMIPE	

QUAR

Objetivo	Q2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	
Indicador	2.1	Prazo de elaboração do contributo para o Relatório sobre a Produtividade em Portugal	
UO Responsável	DAEP; DPFP	META	335-365
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Relatório sobre a Produtividade em Portugal		DAEP	DPFP

Indicador	2.2	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	
UO Responsável	DAEP; DPFP	META	9-13
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Seminário GPEARI/GEE		DAEP; DPFP	
Outros seminários		DAEP; DPFP	

Indicador	2.3	Número de estudos económicos e policy papers	
UO Responsável	DAEP; DPFP	META	6-8
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Artigos referentes aos temas de análise económica, finanças públicas e avaliação de políticas		DAEP; DPFP	

QUAR			
Objetivo	Q3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	
Indicador	3.1	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	
UO Responsável	DAEP; DPFP	META	90%-100%
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Implementação do plano de projeto		DAEP; DPFP	

QUAR			
Objetivo	Q4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	
Indicador	4.1	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMIPE; DCRI;	META	340-440
Atividades		UO Responsável	UO participantes
ECOFIN		DPGE	DCMIPE, DSF
Eurogrupo		DPGE	
Eurogrupo inclusivo		DPGE	
Briefing às Embaixadas		DPGE	DCMIPE
Comité de Política Económica		DPGE	DCMIPE
Comité Económico e Financeiro		DPGE	DCMIPE
Eurogroup Working Group		DPGE	
Eurogroup Working Group in inclusive format		DPGE	
Comité Económico e Financeiro Alternates		DPGE	DCMIPE
Eurogroup Working Group Alternates		DPGE	
Task Force on Coordinated Action		DPGE	
Conselho Europeu		DPGE	DCMIPE
Cimeira do Euro		DPGE	
Sub-Comité sobre Assuntos do Fundo Monetário Internacional		DPGE	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - Conselho de Governadores		DPGE	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - Conselho de Administradores		DPGE	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - Reuniões ao nível técnico		DPGE	
Fundo Europeu de Estabilização Financeira - Conselho de Acionistas		DPGE	
Fundo Europeu de Estabilização Financeira - Conselho de Administradores		DPGE	
Negociações Conselho da UE [grupo serviços financeiros e outros]		DSF	
Grupos de peritos da Comissão Europeia [EGBPI e outros]		DSF	
Comité Serviços Financeiros		DSF	DCMIPE
TFCA e HLWP		DSF	
Comité de Mercados Financeiros (OCDE), incl grupos preparatorios		DSF	
Lime Working Group		DAEP	
Output Gap Working Group		DAEP	
Previsões Económicas - EC		DAEP; DPFP	
OCDE - GT Nº1		DAEP; DPFP	
OCDE - Previsões Curto Prazo		DAEP	
AWG		DPFP	
Ação Climática		DAEP	
Banco Mundial (Spring Meeting; Reunião Anual do Conselho de Governadores da Associação Internacional para o Desenvolvimento)		DCRI	
Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores)		DCRI	
Banco Europeu de Investimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração; Comité da Facilidade de Investimento)		DCRI	
Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Joint Meeting; Conselho de Administração)		DCRI	

Banco Africano de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Teleconferências; Steering e Standing Committee Compacto Lusófono)	DCRI	
Banco Asiático de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Teleconferências; Reconstituição Fundo Asiático de Desenvolvimento)	DCRI	
Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração; Grupo de Voto)	DCRI	
Banco Interamericano de Desenvolvimento (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Reunião Anual dos Acionistas Não Regionais; Grupo de Voto)	DCRI	
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI	
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Reunião Anual do Conselho de Governadores)	DCRI	
Fundo Comum dos Produtos de Base (Reunião Anual do Conselho de Governadores; Conselho de Administração)	DCRI	
Reuniões de âmbito bilateral (função da agenda governamental em matéria de política externa)	DCRI	
OCDE - Advisory Task Force on the Codes (ATFC)	DCMIPE	
FATF Plenary and Working Group Meetings	DCMIPE	
Project Group Meeting on Proliferation Financing	DCMIPE	
EGMLTF	DCMIPE	
RELEX - Sanctions Committee	DCMIPE	
EG Late Payment Directive	DCMIPE	
Outras reuniões internacionais (State Aid, TJUE, OMC, TJUE, Diálogo 5+5, etc.)	DCMIPE	
Indicador	4.2	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais
UO Responsável	Todas	META
		205-265
Atividades		UO Responsável
		UO participantes
Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus - Reuniões ao nível técnico	DPGE	
Quadro Financeiro Plurianual - Reuniões de coordenação MNE	DPGE	
Brexit - Reuniões dos Pontos Focais	DPGE	
Presidência Portuguesa da União Europeia no 1º semestre de 2021 - Reuniões de preparação	DPGE	
Reuniões de coordenação com o IGCP	DPGE/DSF	
Forum para os Sistemas de Pagamentos (Plenário)	DSF	
Forum para os Sistemas de Pagamentos - grupos preparatórios	DSF	
Portugal In GT fintech	DSF	
Grupo Técnico de Reflexão para o Financiamento Sustentável	DSF	
Outros	DSF	
Reuniões Conselho Consultivo	DADO	
Reuniões Secção Interministerial	DADO	
Comissão de Acompanhamento ENIND	DADO	
Comissão Técnica de Acompanhamento ENIND	DADO	
Comissão Técnica de Acompanhamento TSH	DADO	
Estratégia TIC (PS-TIC)	DADO	
Assembleia-Geral da Cruz Vermelha	DADO	
Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços - GT	DADO	
Conselho Superior de Estatística	DAEP; DPFP	
Conselho Económico e Social	DAEP; DPFP	
Conselho para a Produtividade	DAEP; DPFP	
GT C.S. Saúde	DPFP	
Reuniões GTAP	DPFP	
Conselho de Coordenação Financeira	DPFP	
Conselho das Finanças Públicas	DPFP	
Ação Climática	DAEP	
Comissão Interministerial de Política Externa	DCMIPE; DCRI	

Comissão Interministerial de Cooperação	DCRI	
Grupo Financiamento do Conselho Estratégico da Internacionalização da Economia	DCRI	
Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras	DCRI	
Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras	DCRI	
Reuniões interministeriais (assuntos de índole biltateral, função da agenda governamental em matéria de política externa)	DCRI	
Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH)	DCMIPE	
Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Comissão BC/FT)	DCMIPE	
Reuniões de Coordenação Interministerial MNE	DCMIPE	
Outras reuniões nacionais	DCMIPE	

QUAR

Objetivo	Q5	Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI		
Indicador	5.1	Número de eventos organizados		
UO Responsável	DPGE; DCMIPE; DSF		META	50-60
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Webinars, workshops, etc.				

Indicador	5.2	Número de reuniões de coordenação organizadas		
UO Responsável	DPGE; DCMIPE; DSF		META	209-249
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Reuniões de preparação				

Indicador	5.3	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI		
UO Responsável	DPGE; DCMIPE; DSF		META	3-5
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Reuniões de coordenação com Gabinetes Ministeriais		DPGE; DCMIPE; DSF		

Indicador	5.4	Número de documentos preparados		
UO Responsável	DPGE; DCMIPE; DSF		META	98-118
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Documentos de enquadramento, issue notes, etc.		DPGE; DCMIPE; DSF		

QUAR			
Objetivo	Q6	Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência	
Indicador	6.1	Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex-ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	
UO Responsável	DAEP	META	8-12
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Envio à COM da versão pré final das 17 Componentes			
Indicador	6.2	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	
UO Responsável	DPGE	META	20-24
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia		DPGE	

QUAR			
Objetivo	Q7	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	
Indicador	7.1	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	
UO Responsável	DCRI	META	8-12
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Seminários sobre as Oportunidades do mercado das Nações Unidas + Reuniões Bilaterais Tema: <i>Procurement</i> Setor: Multisetorial		DCRI	
Apresentação IFC Angola Country Private Sector Diagnostic (CPSD)		DCRI	
Apresentação BERD sobre instrumentos financeiros + reuniões bilaterais (sindicação e financiamento) Tema: Investimento Setor: Financeiro/Banca		DCRI	
Ação conjunta sobre Instrumentos de Financiamento BERD, IFC, MIGA e SOFID + reuniões bilaterais Tema: Investimento Setor: Multisetorial		DCRI	
Webinar BID sobre oportunidades de negócio na América Latina e Caraíbas e sessão prática Tema: <i>Procurement</i> Setor: Multisetorial		DCRI	
Ação de capacitação sobre Procurement de multilaterais - identificação e pesquisa das oportunidades Tema: <i>Procurement</i> Setor: TIC		DCRI	
Ação de capacitação sobre Oportunidades de negócio nos mercados asiáticos – BasD Tema: <i>Procurement</i> – Países Asiáticos Setor: Multisetorial		DCRI	
Missão empresarial ao BERD e Programa Bilateral		DCRI	
XMAS Get Together, 7.ª edição Encontro informal entre o staff português a trabalhar nas multilaterais e entidades portuguesas com interesse nas mesmas, promovendo o intercâmbio e partilha de experiências[1]		DCRI	
Ação de capacitação sobre Procurement de multilaterais, com enfoque nos Países da América Latina e nos Países Asiáticos Tema: <i>Procurement</i> , com enfoque em países Setor: Multisetorial		DCRI	
Sessões de divulgação do Compacto Lusófono Apresentação do Compacto Lusófono a entidades institucionais e ao setor privado		DCRI	
Indicador	7.2	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	
UO Responsável	DCRI	META	70%-90%
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Indicador	7.3	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	
UO Responsável	DCRI	META	40-50
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Contribuir para as negociações da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono até dezembro de 2020 (335-365)		DCRI	

QUAR				
Objetivo	Q8	Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos		
Indicador	8.1	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)		
UO Responsável	Todas		META	75%-95%
Atividades			UO Responsável	UO participantes
1	0	Gestão de Projeto	DADO	TODAS
1	1	Diagnóstico interno: arquitetura empresarial e impacto de diplomas legais	DADO	TODAS
1	2	Diagnóstico externo: necessidades das empresas	DCRI	DADO
1	3	Conceção interna: instrumentos de gestão da informação, melhoria de processos, política de proteção de dados pessoais e requisitos para arquivo digital	DADO	TODAS
	4	Conceção externa: especificação de serviços para empresas	DCRI	DADO
1	5	Implementação interna: desmaterialização de processos e arquivo digital I	DADO	TODAS
1	6	Implementação interna: desmaterialização de processos e arquivo digital II	DADO	TODAS
	7	Implementação externa: implementação piloto de serviços para empresas	DCRI	DADO
1	8	Implementação externa: reformulação do web site	DADO	TODAS
1	9	Divulgação externa: produção e impressão de materiais de promoção e divulgação	DADO	TODAS
80%				

QUAR				
Objetivo	Q9	Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão		
Indicador	9.1	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional		
UO Responsável	TODAS		META	13-17
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Comunicação e envolvimento	Reuniões (gerais) de lançamento de atividade: PA		DIR	TODAS
	Reuniões (gerais) de balanço de atividade		DIR	TODAS
	Reuniões de dirigentes		DIR	
Participação na gestão	Consultas internas (instrumentos de gestão e comunicação)		DADO	
	Mail "Caixa de sugestões"		DADO	
Responsabilidade social	Mail promotor de uma iniciativa de solidariedade social (ex. Unicef no Dia da Criança, campanha de Natal)		DADO	

QUAR				
Objetivo	Q10	Melhorar a qualidade dos serviços prestados		
Indicador	10.1	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)		
UO Responsável	Todas		META	4,2-4,5
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatório Anual de Satisfação dos Gabinetes Ministeriais do MF			DADO	TODAS
Indicador	10.2	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)		
UO Responsável	Todas		META	4,05-4,25
Atividades			UO Responsável	UO participantes
Relatório Anual de Satisfação Utilizadores			DADO	TODAS

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	
Indicador	EQ1.1	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	
UO Responsável	DAEP; DPFP; DCRI	META	254-274
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Boletim Mensal da Economia Portuguesa (parceria)	DAEP; DPFP	
	Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura	DAEP	
	Dossier de Indicadores de Conjuntura	DAEP; DPFP	
	Notas - Situação Económica Internacional	DAEP; DPFP	
	Nota Económica de Curto Prazo	DAEP; DPFP	
	Portugal Latest Key Development	DAEP; DPFP	
	Dossiers Finanças Públicas (PT e CI)	DPFP	
	Nota da Dívida	DPFP	
	Pager anual sobre o retorno para Portugal da participação nas Instituições Financeiras Internacionais	DCRI	

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ2	Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais	
Indicador	EQ2.1	Número de reportes às instituições europeias e internacionais	
UO Responsável	DPGE	META	85-115
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Data Provision	DPGE	
	Week Developments	DPGE	
	Outros reportes	DPGE	

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	
Indicador	EQ3.1	Número de reuniões organizadas no âmbito de missões	
UO Responsável	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE	META	40-60
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Reuniões de Preparação	DPGE	DCMIPE, DSF
	Reuniões com Instituições	DPGE	DCMIPE, DSF
	Reuniões Macro	DAEP	
	Reuniões Fiscal	DPFP	
Indicador	EQ3.2	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões (contado a partir do último dia de cada missão semestral - em dias)	
UO Responsável	DPGE	META	6-10
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	...	DPGE	
Indicador	EQ3.3	Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	
UO Responsável	DPGE	META	40-60
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias	DPGE	

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	
Indicador	EQ4.1	Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	
UO Responsável	DPGE	META	7-9
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Pedidos de posição do Ministério das Finanças relativos ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a EU e o RU e entre PT e o RU	DPGE	DCMIPE, DSF
EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ5	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas à implementação do Quadro Financeiro Plurianual e do Orçamento da União Europeia	
Indicador	EQ5.1	Nº de respostas a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	
UO Responsável	DPGE	META	14-18
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Pedidos de posição do Ministério das Finanças relativos à implementação do QFP 2021-2027	DPGE	
	Pedidos de posição do Ministério das Finanças no âmbito do financiamento do Orçamento da EU	DPGE	
EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ6	Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	
Indicador	EQ6.1	Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	
UO Responsável	DCRI	META	11-15
Atividades		UO Responsável	UO participantes
	Acordos de princípio BEI e CEB	DCRI	
	Propostas no âmbito Trust Funds IFI	DCRI	
	Propostas no âmbito da atividade regular das IFI	DCRI	

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ9	Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão, a gestão de recursos e o controlo interno	
Indicador	EQ9.1	Nº de processos de gestão de recursos, planeamento, instrumentos de gestão e reporte	
UO Responsável	DADO	META	380-464
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Plano de Atividades, QUAR e preparação dos registos por unidade orgânica		DADO	Todas
Monitorização PA+QUAR		DADO	Todas
Relatório de Atividades		DADO	Todas
Conta de Gerência - mapas e relatório		DADO	
Balanço Social		DADO	
Reporte SIOE		DADO	
Gestão da Formação - Plano e Relatório Formação		DADO	
Plano Anual de Compras		DADO	
Gestão de Economato		DADO	
Gestão de Inventário		DADO	
Reporte Cópia e Impressão		DADO	
Processos de Deslocações e Estadas		DADO	
Dashboard Execução Orçamental		DADO	
Projeção RH		DADO	
Preparação do Orçamento do GPEARI		DADO	
Mapa de registo de utilização de viaturas, manutenções, reparações, consumos e quilómetros percorridos mensalmente e Regulamento interno de uso de veículos do GPEARI		DADO	
Informação de previsão de Fundos disponíveis		DADO	
Previsão Mensal de Execução		DADO	
Pagamentos homebanking		DADO	
Gestão de Contratos de fornecimento de bens, serviços e empreitadas (Contratação, faturação mensal e pagamentos)		DADO	
Validação de listagem de remunerações		DADO	
Controlo de tráfego de Comunicações		DADO	
Procedimentos do Fundo de Maneio (Constituição, Reconstituição e Liquidação)		DADO	
Procedimentos do cartão de crédito (Constituição, Reconstituição e Liquidação)		DADO	
Mapa Global de Férias		DADO	
Validação de Assiduidade		DADO	
Compras Agregadas (processos UMC)		DADO	
Outros processos de RH		DADO	
Outros processos de RF		DADO	
Outros processos de Aprovisionamento e Património		DADO	

Indicador	EQ9.2	Grau de implementação do Plano de Medidas Compliance - em pontos - (Requisitos legais e normativos RGPD, papel zero, RNID, RJCAI, Acesso Informação administrativa, Cibersegurança, mitigação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Segurança e Saúde no Trabalho)	
UO Responsável	DADO	META	40-60
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Regulamento de Fundo de Maneio		DADO	
Implementar circuito reservado da informação de RH (Equipa RH Fabasoft)		DADO	
Promover a utilização da Chave Móvel Digital e dos atributos profissionais no Cartão do Cidadão		DADO	TODAS
Dashboard de controlo de gestão (execução financeira, RH, deslocações e estadas, impressões, economato, fundo de maneio, estatísticas do Portal, documentos registados no fabasoft, datas relevantes...) - Direção e Geral		DADO	
Implementação da assinatura digital/desmaterialização de processos		DADO	TODAS
GPEARI.Share - Foruns de partilha de informação ténicas - salas de equipa Teams - workshops/webinars		DADO	TODAS
Divulgação dos procedimentos de implementação do SIADAP23		DADO	
Garantir a formalização das instruções e definição de perfis e nomeação de júris diferenciados nos procedimentos de recrutamento		DADO	
Integrar no requerimento que enquadra o regime de acumulação de funções, a declaração inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas exercidas, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação		DADO	

Aprovar check list de gestão de conta do utilizador	DADO	
Definir e divulgar boas práticas e política de passwords e demais sistemas de proteção da informação	DADO	
Divulgar e remeter às entidades competentes o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	DADO	
Manter atualizado o Código de Conduta	DADO	
Promover e reforçar as ações de limpeza e desinfecção das instalações (plano de limpeza semanal e limpeza anual extra)	DADO	
Criar um plano formal anual de compras (2022)		
Sugerir à Secretaria-geral do MF (ESST) a marcação nas vias de circulação destinadas à circulação simultânea de veículos e trabalhadores nas arcadas	DADO	
Implementar melhorias das condições de saúde e bem-estar: - Instalação de janelas basculantes, de sistemas de ventilação forçada de ar e renovação dos aparelhos de A/C; - Melhorar de condições de luz natural de trabalho e/ou instalações de iluminação artificial eficaz - LED;	DADO	
Realização inquérito de autodiagnóstico sobre condições do posto de trabalho, segurança e saúde.	DADO	
Promover a formação profissional na área da sinalização, segurança, e saúde no trabalho;	DADO	
Atualização do Plano de Emergência e respetiva equipa.	DADO	
Medida totalmente implementada - 3 pontos; Medida iniciada, mas não completa - 2 pontos; Medida iniciada, mas com baixa execução - 1 ponto; Medida não iniciada - 0 Pontos		

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ10	Grau de satisfação dos utilizadores internos	
Indicador	EQ10.1	Grau de satisfação dos utilizadores internos	
UO Responsável		META	3,8-4,2
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Relatório do questionário de satisfação sobre Secretariado, apoio em recursos humanos, financeiros e aprovisionamento, sistemas e apoio TIC, sistema de gestão documental e sistema de registo de assiduidade.		DADO	

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ11	Desenvolvimento de um Novo Modelo Macroeconómico para a Economia Portuguesa	
Indicador	EQ11.1	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	
UO Responsável		META	45-55
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Implementação do plano de projeto		DAEP; DPFP	

EXTRA QUAR			
Objetivo	EQ12	Desenvolvimento da capacidade interna em Green Budgeting	
Indicador	EQ12.1	Grau de execução do projeto "Formação em Green Budgeting"	
UO Responsável		META	45-55
Atividades		UO Responsável	UO participantes
Implementação do plano de projeto		DAEP; DPFP	